

Zilda Gaspar Oliveira de Aquino
Paulo Roberto Gonçalves-Segundo
Maria Alexandra Guedes Pinto
(Organizadores)

Argumentação e discurso: fronteiras e desafios

**FFLCH-USP
2020**

Revisão técnica

Zilda Aquino Oliveira de Aquino
Paulo Roberto Gonçalves-Segundo
Maria Alexandra Guedes Pinto

Conselho Editorial

Isabel Cristina Michelan de Azevedo (UFS)
José Gaston Hilgert (UPM)
Luiz Antonio da Silva (USP)
Maria das Graças Soares Rodrigues (UFRN)
Maria Eulália Sobral Toscano (UFPA)
Mercedes Fátima de Canha Crescitelli (PUC-SP)

Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan
Vice-Reitor: Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandez

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP

Diretora: Profa. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda
Vice-Diretor: Prof. Dr. Paulo Martins

Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas

Chefe: Prof. Dr. Manoel Mourivaldo Santiago Almeida
Suplente: Profa. Dra. Adma Fadul Muhana

Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa

Coordenadora: Profa. Dra. Maria Clara Paixão de Sousa
Vice-coordenadora: Profa. Dra. Flaviane Romani Fernandes Svartman

Argumentação e discurso: fronteiras e desafios

Zilda Gaspar Oliveira de Aquino
Paulo Roberto Gonçalves-Segundo
Maria Alexandra Guedes Pinto
(*Organizadores*)

Argumentação e discurso: fronteiras e desafios

FFLCH/USP

São Paulo, 2020

10.11606/9786587621043

Catálogo na Publicação (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
Maria Imaculada da Conceição – CRB-8/6409

A694 Argumentação e discurso: fronteiras e desafios [recurso eletrônico] /
Organizadores: Zilda Gaspar Oliveira de Aquino; Paulo Roberto
Gonçalves-Segundo; Maria Alexandra Guedes Pinto. -- São Paulo:
FFLCH/USP, 2020.
3.624 Kb ; PDF.

ISBN 978-65-87621-04-3

DOI 10.11606/9786587621043

1. Análise do Discurso 2. Argumentação I. Aquino, Zilda Gaspar Oliveira
de. II. Gonçalves-Segundo, Paulo Roberto. III. Pinto, Maria Alexandra
Guedes.

CDD 401.41

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria, proibindo
qualquer uso para fins comerciais.

Serviços de editoração e Distribuição

Revisão

Zilda Gaspar Oliveira de Aquino
Paulo Roberto Gonçalves-Segundo
Maria Alexandra Guedes Pinto

Projeto Gráfico de Capa e de Diagramação

Gabriel Isola-Lanzoni

Os artigos publicados nesta obra são de inteira responsabilidade de seus autores.

SUMÁRIO

Apresentação.....	5
Sobre os autores.....	7
O contrato de comunicação no álbum de potencial recepção infantil: narrar para fazer crer	13
<i>Anabel Medeiros Azerêdo de Paula</i>	
O discurso sobre <i>competência</i> no processo de formação docente.....	26
<i>Cristiane Borges de Oliveira</i>	
Entre as margens do rio Guamá em belém do Pará: o texto narrativo argumentativo como acontecimento da vida.....	50
<i>Cristiane Dominiqui Vieira Burlamaqui</i>	
Estudo da argumentação: análise da construção de uma referência no texto pelo viés semântico e discursivo.....	63
<i>Daniela Zimmermann Machado</i>	
La creatividad en los discursos de cambio social: del 15m al post-15m en España.....	76
<i>Esperanza Morales-López</i>	
Estratégias argumentativas: o emprego do intertexto na construção dos efeitos de sentido e do <i>ethos</i> discursivo no gênero crônica.....	100
<i>Fábio Gusmão da Silva</i>	
Música sul-mato-grossense: mitos, histórias e sentidos	125
<i>Flávio Faccioni</i>	
<i>Claudete Cameschi de Souza</i>	
A configuração argumentativa presente em autobiografia sinestésica	141
<i>João Hilton Sayeg-Siqueira</i>	
<i>Tiago Ramos e Mattos</i>	
Teoria geral retórica da conversação	153
<i>Manuel Francisco Ramos</i>	
O tópico discursivo em audiências de conciliação	172
<i>Marise Adriana Mamede Galvão</i>	
<i>In my ending is my beginning</i> : as estruturas argumentativas das seções finais em teses de doutoramento como ponto de partida para novas argumentações.....	188
<i>Paulo Nunes da Silva</i>	
<i>Joana Vieira Santos</i>	

A argumentação na literatura: uma análise de <i>stupeur et tremblements</i> , de Amelie Nothomb.....	208
<i>Renata Aiala de Mello</i>	
Racismo discursivo: o caso Marielle Franco e a cobertura da mídia internacional	228
<i>Renata Almeida Danin</i>	
Trauma e discurso: a escrita traumática em primo levi.....	247
<i>Romilton Batista de Oliveira</i> <i>António Bento</i>	
Estereótipos de mulher: relações de aliança discursiva nos casos <i>Veja</i> e <i>Temer</i>	267
<i>Samuel Ponsoni</i> <i>Julia Lourenço Costa</i>	
O tom apreciativo como elemento de argumentação e a modalidade oral no ensino/aprendizagem de língua materna	285
<i>Sandra Mara Moraes Lima</i>	
A escrita argumentativa na escolaridade obrigatória: descrição e fundamentação de um percurso didático	295
<i>Sónia Valente Rodrigues</i>	
A educação nos anos iniciais das Escolas Fundamentais para subcidadania das ruas.....	322
<i>Suzana Mary de Andrade Nunes</i>	
Situação de rua e jornalismo on-line: representação da pobreza na cidade - <i>Correio Braziliense</i> e <i>Folha de S. Paulo</i>	341
<i>Viviane de Melo Resende</i> <i>Ingrid da Silva Ramalho</i> <i>Daniele Gruppi Mendonça</i>	
Discurso, cognição e argumentação: caminhos de construção do frame lava jato	357
<i>Zilda Gaspar Oliveira de Aquino</i> <i>Renata Palumbo</i>	

Teoria geral retórica da conversação

Manuel Francisco RAMOS (FLUP - IF & CITCEM)
manuel.ramos2@gmail.com

Resumo: A conversação continua no nosso tempo tão forte quanto foi no passado e, pela utilidade e frequência com que é praticada, constitui uma das maravilhas do género humano e da vida em sociedade. Por essa razão, já na Antiguidade se procurou teorizar as regras em que a boa conversação devia ocorrer, que são algo diferentes das regras da *oratio*, que também é um discurso, mas individual e formal. Pois é das regras do bom colóquio entre duas ou mais pessoas, em ambiente de debate ou de simples conversa, que nós vamos falar, tal como foram apresentadas pelos autores antigos e que permanecem atuais. Daremos destaque aos diferentes tipos de conversação, ao que distingue a conversação da *oratio* e às boas regras por que a conversação se deverá reger, muitas das quais são comuns ao discurso individual e formal.

Palavra-chave: Conversação; *Sermo/Sermocinatio*; Conversação versus Discurso; *Sermocinatio versus Oratio*; Júlio Victor.

General rhetorical theory about conversation

Manuel Francisco RAMOS (FLUP - IF & CITCEM)
manuel.ramos2@gmail.com

Abstract: Conversation continues in our times as strong as it has been in the past and, because of its utility and frequency, it is one of the marvels of the human race and of the life in society. For this reason, in Antiquity rhetoricians had already theorized the rules in which good conversation should take place. These rules are somewhat different from the rules of "oratio", which also help building a speech, but in a more individual and formal way. Thus, I will talk about the rules of good conversation between two or more people, both in an atmosphere of debate and in a simple chat, as they were presented by the ancient authors, rules that still remain current. I will highlight the different types of conversation, in which the "oratio" is distinguished from the talk and the good rules by which the conversation should be conducted, many of which are common to individual and formal speech.

Keyword: Conversation; *Sermo/Sermocinatio*; Conversation versus Speech; *Sermocinatio versus Oratio*; Iulius Victor.

1. Quantas vezes não assistimos já a uma conversação entre duas ou mais pessoas, quer em ambiente familiar, quer em grupo de discussão (incluindo a discussão científica), e não gostámos? Não gostámos porque as regras em que o bom colóquio deveria ocorrer não foram respeitadas, tendo daí resultado muita descortesia, incomunicabilidade, ruído e até conflito; e também o contrário: uma conversa harmónica e construtiva entre duas ou mais pessoas que progredia sem sobressaltos e em que os intervenientes não se davam conta de o tempo passar, por se apoiar convenientemente nas regras da conversação. Ora os teorizadores da *ars* retórica antiga sentiram o mesmo desagrado no caso de um solilóquio dissonante e experimentaram o mesmo prazer sempre que uma conversação decorria com normalidade, satisfação e produtividade.

Daí surgiu o seu interesse pela teoria da conversação como *ars*, por vários motivos, que justificavam a constituição de regras normativas de orientação: em primeiro lugar, a frequência com que o colóquio era usado no quotidiano, em todos os tempos e por todas as idades ou estatutos sociais; em segundo lugar, a sua relevância em termos sociais, de comunicação e até de personalidade por a conversação ser o espelho da pessoa. Quanto ao facto de a conversação se apoiar num discurso, o assunto estaria à partida facilitado pelo facto de tais teorizadores já conhecerem e praticarem com abundância as regras do discurso individual e formal. Para distinguir os dois tipos de discurso: a conversação quotidiana e o discurso individual e formal, já designado por *oratio* ou *contentio*, os *retores* antigos atribuíram à conversação o nome de *sermo* ou *sermocinatio*.

Dependendo dos interlocutores, do lugar, do tempo, do conteúdo e da situação, a conversação pode ser subdivida em diferentes subtipos: familiar ou não familiar e com conhecidos ou desconhecidos; entre homens, entre mulheres ou entre homem e mulher¹; com interlocutores que são, quanto ao estatuto, iguais, superiores ou inferiores; mais velhos, mais novos ou da mesma idade; em conversa que decorre com mais ou com menos formalidade ou que, simplesmente, é conversa informal; em conversa que foi preparada ou que é espontânea; em falas curtas ou longas; em diálogo amistoso e de colaboração ou de contenda/oposição (será a situação mais argumentativa e muito do discurso científico poderá situar-se aqui); numa conversação em que os agentes estão em acordo ou em desacordo, numa atitude construtiva ou destrutiva, séria ou jocosa; numa atitude de boa ou de má-fé, hostil ou amistosa; uma conversação que pode ocorrer nos mais variados sítios: em casa, na rua, numa instituição, círculo literário ou reunião (como em muito do discurso científico), num espaço de convívio social com amigos (café, restaurante...); em que os interlocutores estão sós ou com um auditório a assistir (como em muito do discurso científico); com um auditório que só ouve ou que, pelo contrário, pode pronunciar-se (como em muito do discurso científico), avaliando as prestações ou até tomando decisões.

¹ JÚLIO VICTOR dá a entender que a conversação pode ser diferente de acordo com o género dos conversadores. Ficamos curiosos, mas frustrados por o autor não desenvolver a matéria. Dessa forma não ficamos a saber o que ele pensava acerca da questão da variação da conversação atendendo ao género.

Os modelos de sociabilidade e de conversação assumiram hoje, no tempo da *internet* e das redes sociais, novas formas, pelo que o colóquio com um conhecido ou desconhecido também pode ocorrer *online*, de forma oral ou escrita, via telefone, computador, *tablet* ou *smarthphone*; pode ainda ser uma conversação gravada ou não e transmitida, quer em direto ou em indireto. O ato de conversar continua no nosso tempo tão forte quanto no passado, mas assumiu novas formas, e constitui um dos momentos fortes da existência humana e da vida em sociedade.

Há ainda a distinguir a conversação oral e presencial - em todas as situações do quotidiano ou institucionais atrás referidas, em que os agentes da conversação estão presentes - da conversação escrita (real ou, na maior parte das vezes, ficcional) que ocorre reproduzida na literatura: romance, novela, conto... e que habitualmente é tida como dialogismo ideal e digno de imitação; dada a sua importância no texto literário, entre a fala do narrador, também é considerada a alma da literatura. O mesmo se diga, p. ex., acerca da importância que a conversação tem no diálogo filosófico (em que tanto se distinguiram os socráticos), a começar pelos diálogos de Platão, ou na obra filosófica e oratória de Cícero, que é igualmente a alma do discurso filosófico e oratório; e ainda o caso de todo o livro: científico, bíblico e religioso, histórico e de instrução... que tomou como técnica de apresentação a prática dialógica, com o intuito de simplificar o conteúdo: abstrato, erudito e complexo. Vale a pena referir ainda a importância que a conversação joga no género teatral, quer na tragédia, quer em especial, pela forma vivaz e interativa como o é feita, na comédia, e que já os autores antigos verificaram que é apreciável, educativa, ideal e modelo de imitação.

Relativamente a este ponto: que diálogos devem, na obra ficcional, ser colocados na boca das personagens quando interagem, leva-nos à conceção de duas figuras de retórica próximas que lidam com o diálogo e o monólogo e que eram, no passado, treinadas nas escolas de retórica, no seio dos *progymnasmata*². Leva-nos, em primeiro lugar, à figura do dialogismo (*sermocinatio*), que consiste em, através da inserção de monólogos ou de diálogos numa narrativa, atribuir a uma determinada pessoa (histórica ou inventada) uma maneira de falar consentânea com o seu carácter, a sua idade, género, formação e *status* social; e ainda de acordo com a natureza do assunto e as emoções do momento³. Em segundo lugar, à figura da prosopopeia ou personificação, que consiste em ficcionar uma personagem ausente como se estivesse presente ou em fazer falar um objeto mudo ou um ser abstrato (ou irracional), atribuindo-lhe uma forma e uma linguagem ajustada à sua natureza, ao carácter ou ao ato a realizar⁴. ISIDORO DE SEVILHA em *Etimologias* (II, 14, 1-2) designa-a por etopeia, assim definida:

² As escolas de retórica comportavam dois tipos de exercícios: *Progymnasmata* (de nível mais básico) e as *Declamationes* (de nível mais avançado e que compreendiam duas variantes: *controversiae* e *suasoriae*). Ambos preparavam os estudantes para a oratória pública e para a carreira de político, de advogado, de militar ou simplesmente para a atividade de escritor. P. ex., no seu treino, os alunos tinham de falar como se fossem um general, um filho indisciplinado, um velho pai de família...; ou então uma figura histórica: Cipião, César, Catão, Alexandre Magno...; ou então alguém indeterminado que está a ponto de empreender uma viagem, comandar um exército, defender ou condenar um réu...

³ Cf. *Retórica a Herénio* III, 23; IV, 65. Se as emoções do momento forem arrebatadoras, a figura pode ter o nome de *pathopeia* (LAUSBERG, 1991, II, 237).

⁴ QUINTILIANO III, 8,49 ss.

nela finge-se a figura de uma pessoa, expressando os estados da idade, da dedicação, da boa ou má sorte, da alegria, do género, da tristeza e audácia; quando se toma a figura de um pirata, o discurso deverá ser audaz, triste e temerário; quando se simula a conversa de uma mulher, o seu discurso deverá adaptar-se ao género; já o discurso deverá ser proferido de forma diversa tratando-se da pessoa de um jovem ou de um velho, de um soldado ou de um general, de um parasita, de um rústico ou de um filósofo; nuns casos fala-se comovido pela alegria, noutros pelos golpes da fortuna; no tipo de fala, deve ter-se em conta, sobretudo: a quem se fala e junto de quem, de que assunto se fala, onde se fala e em que altura.

2. Apesar da utilidade e da frequência da conversação (pois é de uso diário e, por conseguinte, muito mais frequente do que a *oratio*), a teoria retórica acabou por dedicar pouca atenção à conversação, considerando-a um discurso inferior ou menor; e, pelo contrário, teve em grande cuidado o discurso individual, quer ele fosse de género deliberativo, judicial ou demonstrativo. Já CÍCERO verificou em *De officiis* I, 132 que havia a oratória pública (judicial e deliberativa), designada *contentio*, e a prática dialógica familiar (*sermo*); e que se havia abundância de teorização acerca do discurso individual (*oratio*), já o mesmo não se passava com a conversação: não havia regras, apesar de ser uma forma de retórica e de ser importante socialmente. Entre as razões da lacuna, conta-se a supremacia dada ao discurso, quer pela sua formalidade, quer pela importância dos lugares em que era proferido, e que chamou a si todas as atenções.

No entanto, se os *retores* quisessem, treinados como estavam na *ars* retórica, estavam em condições de dar conselhos acerca da conversação, porque ela também acaba por ser um discurso, embora de outra natureza: informal, de sequências curtas, interativo, interrupto e pleno de marcas da oralidade. Para a constituição de regras específicas da conversação, os teorizadores tanto podiam partir da observação dos muitos colóquios do quotidiano e, a partir daí, estabelecer regras, como também podiam adaptar ou transpor para a conversação algumas das regras do discurso formal, as mais oportunas, cuja teorização era vasta.

O discurso individual ou *oratio* é, na época clássica de três tipos, e ganhará novas formas durante a Idade Média e a Idade Contemporânea.

(a) O género deliberativo ou político tinha e tem assento no senado, nos parlamentos e nas assembleias populares (municipais) e é relativo a factos futuros sobre os quais importa deliberar; o objetivo é convencer os ouvintes e alterar a sua decisão ou condicionar o seu sentido de voto.

(b) O género judicial ou forense tinha e tem assento nos tribunais entre as duas partes em conflito e é relativo a factos passados sobre os quais é necessário decidir; o objetivo é convencer o juiz e levá-lo a dar razão ou atenuar a pena; de entre os três, este é o tipo de discurso mais dialético.

(c) O género demonstrativo ou epidítico, de elogio ou de crítica, era e é relativo a factos ou circunstâncias presentes e tinha e tem assento em sessões de diversa ordem e em inúmeros lugares, de acordo com o seu subtipo: nas inaugurações (discurso de inauguração), funerais (elogio fúnebre), aniversários (discurso de aniversário), banquetes (discurso de banquete), comemorações de diversa ordem e sagrações (discurso de comemoração); incluem-se aqui as orações de sapiência, que podem ter lugar em

variados lugares e circunstâncias, como nos doutoramentos *honoris causa*, abertura do ano acadêmico e abertura do ano judicial...; de entre os três, este é um tipo de discurso fechado e, portanto, não sujeito a contestação. O objetivo é impressionar o auditório e comovê-lo.

(d) É de criação medieval (séc. XII) o sermão ou homilia, relativo a matéria de fé; ocorre na igreja em diferentes sessões e é um discurso fechado por não haver réplica, pois a assembleia limita-se a ouvir sem intervir e sem nada decidir. O objetivo consiste em alterar os comportamentos da assembleia e levá-la a aderir à instrução do clérigo.

(e) Já na Idade Contemporânea, foi criada a publicidade e a informação mediática, adequadas para uma sociedade de consumo e de informação, cujo discurso é apresentado nos *mass media* (papel e eletrônicos), em cartazes, panfletos, *newsletters* e redes sociais da *internet*. Nem sempre é um discurso fechado por poder haver réplica, sobretudo nas redes sociais, podendo até ser calorosa e irresponsável. O objetivo consiste em fazer passar ideias de diferente teor: quer informativo, quer político e social, quer ainda de tipo comercial, para convencer e levar à compra de um produto. A facilidade de difusão da informação mediática através da *internet* e das redes sociais implicou que muita gente, que antes não tinha voz, pudesse comentar e exprimir o seu ponto de vista; a facilidade de difusão associada ao anonimato e à dificuldade de controlo levou também à proliferação da mentira, havendo por vezes dificuldade em a distinguir da verdade. Acresce ainda, contemporaneamente, o poder que a imagem e o vídeo ganhou em detrimento do texto, o qual, muitas vezes, se limita a uma curta frase que ilustra uma grande e comovente imagem.

3. Apesar da pouca atenção dada à conversação quando contraposta à abundante teoria do discurso individual, ainda assim vários autores, conscientes dessa lacuna, esboçaram as principais regras em que deverá ocorrer a *sermocinatio*. Só não foram mais longe por acharem que muita da teoria da *oratio*, codificada em muitos tratados e facilmente acessível, poderia aplicar-se à conversação, que também é um discurso, mas diferente. A discussão acerca das regras em que deverá ocorrer a conversação continuou pelos séculos fora até aos dias de hoje⁵; com o advento da Inteligência Artificial, a questão da conversação vai colocar-se, no futuro, ao nível da interação entre humanos e robôs⁶.

Por conseguinte, entre os autores clássicos que mais atenção deram à teorização da conversação, contam-se, em primeiro lugar, JÚLIO VICTOR (séc. IV d.C.). O seu manual *Ars rhetorica* possui no final três apêndices: c. 25 “De exercitatione” (Acerca da prática ou treino oratório); c. 26 “De sermocinatione” (Sobre a conversação), c. 27 “De epistolis” (Da carta), que abordam outros tantos assuntos que a retórica ciceroniana

⁵ Ver, p. ex., para o séc. XIX, o livro de MORELLET, André. **A arte de conversar**. São Paulo: Martins Fontes, 2002, em que o autor apresenta os 11 principais vícios que estragam uma qualquer conversa.

⁶ Há quem defenda que no futuro os robôs serão bons conversadores e poderão fazê-lo em qualquer língua. Sobreviverão, no entanto, muitas limitações. Neste momento, já existem os *chatbots* (sistemas de inteligência artificial que “dialogam” com o usuário), como os assistentes virtuais dos *smartphones* ou o *cockpit* de determinados carros, mas fazem-no e fá-lo-ão com grandes e inultrapassáveis dificuldades: a dificuldade de a máquina contextualizar o diálogo, a sua ignorância relativamente aos dilemas éticos, a dificuldade em expressar emoções, em ser criativa ou capaz de pensar estrategicamente.

não contemplou, mas só aflorou, o segundo dos quais é justamente acerca da conversação e é uma particularidade sua. Na verdade, nos outros autores tudo estava dirigido para o discurso (*oratio*), mas este autor foi mais longe: decidiu contemplar no seu livro de retórica a questão da conversação e aconselhou a que esta não fosse desvalorizada e secundarizada.

Em termos de teorização acerca da *sermocinatio*, segue-se depois, em ordem de importância, a retórica ciceroniana (séc. I a.C.), em especial o *De Officiis* I 134-137 e o *De oratore* I 32-33. CÍCERO não chegou a apresentar uma teoria da conversação, pelas razões já apontadas: os preceitos da *sermocinatio* podem ser facilmente importados da teoria do discurso individual, não valendo a pena, portanto, referir-se-lhes em particular; e caberá ao agente da conversação fazer tal importação e adaptá-la ao seu colóquio. O que ISIDORO DE SEVILHA referiu nas suas *Etimologias* (VI, 8, “De generibus opusculum”) a propósito da conversação foi muito pouco: apenas lista o diálogo ou *sermo* entre os 16 tipos de opúsculos.

Nas obras atrás referidas, CÍCERO reconheceu a importância da conversação na elevação ontológica e sociocultural do homem, ao asseverar que: (a) é própria da condição humana uma conversação elegante e fluída em todo o tipo de temas; (b) que o ato de falar coloca o homem numa situação de vantagem sobre os animais, sendo aliás das poucas coisas em que alcança supremacia; (c) e que a conversação é responsável pela vida em comunidade, pela criação da cultura e pela fundação das instituições: “É o acto de falar que, qual força, congrega os homens num só lugar e que os faz passar de uma vida selvagem e agreste para uma vida em comunidade e, daí, a uma vida social com instituições” (CÍCERO, *De oratore* I, 33). Descendo ao nível individual, acrescenta CÍCERO que o maior ou menor domínio da conversação por um agente revela o seu maior ou menor carácter moral (pelo elevação ou baixeza da linguagem e pela forma como trata o seu colocutor) e o mais elevado ou menos estatuto sócio educacional (pelo registo linguístico mais elevado ou menos). Em *De oratore* III, 45 (e *Brutus* 210-211), fica agradado pela beleza da conversação de Lélia e pelo seu tom de voz: correto, simples e desprovido de afetação linguística; agradável, portanto. Sabe-se pelos mesmos passos que CÍCERO colocou todo o seu empenho em aprender a linguagem da conversação.

4. Como já referimos, a conversação (*sermocinatio*) também é um discurso, no entanto, é diferente da *oratio* ou *contentio*, na sua tripla divisão em género deliberativo, judicial e epidítico, e afasta-se assaz dela, ainda que participe com o discurso individual e formal de não poucas características. A *oratio* é um discurso individual, planeado, contínuo e não sujeito a interrupção, extenso, formal e proferido para uma assembleia, podendo esta tomar ou não uma decisão; ao passo que a *sermocinatio* é um conjunto de falas de segmentos curtos, encadeadas, proferidas por dois ou mais interlocutores, habitualmente não planeadas e informais, descontínuas e sujeitas a interrupção (no caso de dúvida, de perda de comunicação, para questionar algo ou para refazer uma mensagem), espontâneas e atuais, repletas das marcas da oralidade e normalmente sem a presença de uma audiência. O uso de recursos extralinguísticos, que dão plenitude à prestação oral, como: gestos, expressões faciais, postura, entoação e flexibilidade da voz, são comuns às duas; tal como é comum

o seguinte: tanto na conversação como na *oratio* (não no género demonstrativo, mas nos géneros deliberativo e judicial por haver segundas intervenções) a totalidade da mensagem é captada pela soma das várias intervenções.

Coloca-se tanto na *oratio* como na *sermocinatio* a questão das três funções do orador (“*tria officia oratoris*”): *docere* (ensinar ou influir intelectualmente), *delectare* (deleitar, pela atratividade da conversa) e *movere* (comover, que tem por objetivo o *pathos*), predominando nuns colóquios mais um tipo ou outro. P. ex., na conversação em ambiente científico ou académico predomina em primeiro lugar o *docere*, mas também o *movere*.

De igual forma, a força argumentativa que resulta da prova ética (*ethos*, centrado nos conversadores)⁷, da prova lógica (*logos*, centrado nas palavras proferidas ou discurso)⁸ e da prova patética (*pathos*, centrado em quem ouve, se for o caso)⁹ tanto se aplica na *oratio* como na conversação, uma vez que para convencer ou passar ideias não basta apenas a força do discurso (*logos*), no vigor das suas ideias e argumentos, mas também o carácter (*ethos*) do conversador: se aparenta ser pessoa de bem, culta, bem formada e bem preparada... e os afetos (*pathos*) que desperta e provoca em quem ouve, no caso de ser uma conversação com uma assistência.

Ambas (*oratio e sermocinatio*) estão sujeitas a regras de elaboração e de cortesia, umas das quais são iguais entre si e outras diferentes; muitas das características da conversação são coincidentes com o *genus planum* ou simples do discurso oratório. São características da *sermocinatio*, quando confrontada com a *oratio*, as seguintes:

(1) A conversação estabelece-se entre dois ou mais interlocutores quase em interação simultânea, sendo portanto um acto retórico descontínuo ou interrompido e encadeado ou concatenado: ou por a fala de um agente retomar a fala anterior e ser pressuposta para a fala seguinte, ou então por a resposta de um

⁷ Depende da personalidade, carácter, valor, autoridade, confiança e importância de quem fala, até da aparência física. Há pessoas que gozam de tão grande autoridade, que quase não precisam de falar para se imporem ou convencerem: basta a sua autoridade e confiança. Portanto, o *ethos* do orador é importante para convencer um auditório e tanto pode beneficiar como prejudicar no ato de convencer um auditório.

⁸ As provas lógicas são as mais numerosas e são essencialmente de dois tipos:

a) Extrínsecas (provenientes de fora do discurso): são as citações da lei, das autoridades, das pessoas reputadas, dos bons autores e dos bons textos que o orador traz para dentro do discurso para reforçar e dar crédito ao seu discurso, citações de estatísticas, experiências científicas; também são os testemunhos de quem presenciou os factos ou de peritos (cf. tribunal); também são os exemplos apresentados (quer a palavra seja tomada no sentido moderno, quer seja pequenas histórias ilustrativas, como no sermão).
b) Intrínsecas: encontrados na personalidade dos agentes do discurso (a pessoa dos agentes, passado, educação...), até na pessoa dos ouvintes, mas sobretudo na situação retórica particular: no tipo de debate ou de assunto que é objeto de discussão, quer seja de natureza político, quer judiciário, quer jornalístico, filosófico, histórico ou de argumentação religiosa... Incluem-se aqui as provas racionais: silogismos e entimemas (silogismo truncado); figuras de estilo com valor argumentativo e sobretudo a tópica que é um recurso infinito.

⁹ Centrado na figura dos ouvintes, é o recurso ao patético, à emoção (e não à razão) para convencer. São os argumentos dirigidos ao coração (e não há razão). P. ex., impondo medo, falando das desgraças, recorrendo ao ver e ouvir: “eu vi...”, “eu ouvi...”; falando ou mostrando, p. ex., as feridas da guerra.

interlocutor nascer a partir da pergunta do outro e vice-versa, dada a interação e a simultaneidade da comunicação. Por conseguinte, a conversação também lida com a designada “arte de perguntar”¹⁰.

Pelo contrário, a *oratio* é um discurso de um só agente, algo extenso (ao contrário da brevidade da *sermocinatio*), contínuo e ininterrupto; se houver necessidade de resposta ou réplica, só no final poderá ocorrer e será dada por meio de uma segunda intervenção, naturalmente mais curta do que a primeira. Assim sendo, a situação de uma fala retomar a anterior e ser tida em conta pela fala posterior não é uma característica específica da conversação, pois partilha com o discurso (*oratio*) algum tipo de afinidade. De facto, o discurso de um interveniente, quando se trata de uma segunda intervenção (réplica), tem em conta o que já foi dito e será tido em conta pelo discurso oposto seguinte (tréplica ou resposta a uma réplica); e, tal como na conversação, a plenitude da mensagem será obtida no final, pelo somatório da totalidade das intervenções.

(2) A conversação está repleta de marcas da oralidade, como discurso oral que é, ao passo que na *oratio*, que é discurso formal, habitualmente escrito, ou então primeiramente oral mas posteriormente reduzido a escrito, e de feição literária, as marcas de oralidade são mais escassas; mas, ainda assim, sobrevivem algumas delas, pelo facto de, antes de ser melhorado e reduzido a escrito para efeitos de publicação, ter sido texto oral¹¹.

São inúmeras as marcas de oralidade inerentes à conversação: bordões de linguagem; repetições; emprego do vocativo, do imperativo, da 1.^a e da 2.^a pessoas verbais, dos pronomes pessoais e possessivos de primeira e de segunda pessoas, denunciando que há um eu que conversa com um tu; o uso da modalização dos enunciados; vocabulário mais singelo e estruturas sintáticas mais simples quando comparadas com o texto escrito; expressões que retomam a fala anterior, como: “como estava a dizer”, “como já disseste”; e outras marcas que, sendo dadas no texto escrito pela pontuação, são no texto oral marcas de oralidade.

(3) Ainda que informal, a conversação é um acto retórico com cordialidade, cortesia e urbanidade (*urbanitas*), em que o carácter moral dos intervenientes e o seu nível cultural, revelado na linguagem e atitudes empregues, está posto à prova. Saber conversar é uma arte. No entanto, tais regras de cortesia são, na maioria dos casos, extensíveis ao discurso oratório, que também lida com ética e cortesia. Em termos de gestão da conversação em grupo, naturalmente que, quanto maior ele for, mais difícil ela é de fazer. Se hoje há a figura do moderador¹², que tem um papel ativo na gestão da conversa em grupo, a retórica antiga não o contemplou.

Eis pois algumas regras da conversação, quer ela ocorra entre duas ou mais pessoas:

¹⁰ Na conversação a pergunta está sempre presente, mas este é um assunto que ultrapassa o âmbito deste trabalho. No entanto, vale a pena dizer que há perguntas mais abertas ou mais fechadas, menos sugestivas ou mais, as quais são proibidas em contexto judicial. Ver WESTON, Anthony. **A arte de perguntar**. Lisboa: Gradiva, 1996; GASPARD, Alfredo. **Instituições de retórica forense**. Coimbra: Minerva, 1998 (Apêndice).

¹¹ RAMOS, Manuel. “Discurso oratório: entre o oral e o escrito”. In PINTO, Ana Paula *et alii* (Eds.). **Verba volant? Oralidade, escrita e memória**. Braga: Axioma - Publicações da Faculdade de Filosofia, 2018, p. 775-796.

¹² Ainda que importante, a figura do moderador não tem lugar neste trabalho, nem foi abordada pela retórica antiga.

(a) dirigir-se aos interlocutores pelo nome, fixá-los “olhos nos olhos”, e, no caso de serem vários, ter em conta a sua totalidade e não apenas um ou um grupo restrito; assim como dar-lhes atenção e mostrar respeito, afeto e bem-querer por todos;

(b) ouvir com atenção e saber ouvir para, estando dentro do assunto e do seu contexto, acompanhar bem e poder responder com precisão; e para que não aconteça que, quando chegar a sua vez de falar, se cale ou responda coisa diferente do que é pedido ou ainda não entenda a pergunta, no caso de alguém o questionar;

(c) ser elegante e emanar graça, tomando uma atitude doce e mansa e não obstinada, petulante ou com ostentação; assim como usar de bom senso, de boa educação e de bom gosto; em termos de timbre de voz, que nem seja um murmúrio, nem um grito, mas algo agradável que se situe a meio termo;

(d) empenhar-se numa conversa viva, mas serena, quer coincidindo, quer divergindo com os colocutores; se se pensar de forma diferente e se se discordar, que seja de forma cordata, pois raramente a conversação adota uma postura combativa; conversar não é disputar; em todo o momento os locutores devem dar de si uma imagem positiva;

(e) se houver lugar a perguntas (e com certeza que haverá, pois a pergunta é inerente ao diálogo) que não seja a modos de inquirição ou de interrogatório;

(f) a conversação deve progredir entre as partes em diálogo construtivo e produtivo; acrescentar conteúdo à conversa do outro e “construir” o colóquio como quem constrói um muro; no final todos deverão ficar a saber mais e sair dela satisfeitos e enriquecidos, dando o tempo por bem empregue; de igual forma, evitar o discurso circular, repetindo o que já foi dito, pois não faz progredir o diálogo;

(g) ser preciso, breve¹³, claro e completo; de igual forma, não referir assuntos que possam trazer náusea e desconforto ao interlocutor ou aos ouvintes, magoando-os, como é o caso da malícia, do calão e do duplo sentido; também o demasiado pomposo, pela sua inacessibilidade, pode ser inoportuno para determinadas conversas e com determinados colocutores, desfavorecendo a franca comunicação;

(h) que não falem vários ao mesmo tempo¹⁴; que quando um conversador está no uso da palavra não seja interrompido; são dois vícios muito comuns e que podem denunciar tanto a falta de polidez, como má educação ou pelo menos nervosismo; se o conversador tiver que questionar o seu colocutor (p. ex., no caso de não perceber algo), que o faça depois de ele terminar; de igual forma, evitar fazer gestos de reprovação quando o colocutor está no uso da palavra, pois, além de prejudicar a intervenção do outro, também não é cortês;

¹³ Lembra o “small talk” (conversa breve ou pequena) dos ingleses.

¹⁴ Nos diálogos contemporâneos com microfone ligado, este vício é perturbador e desmotiva os ouvintes pela confusão de vozes gerada.

(i) não abusar do tempo e manipular o diálogo ou debate, mas deixar intervir os participantes; no caso de se aperceber de alguém que deseja intervir, dar-lhe oportunidade, assim como pedir licença para o próprio intervir, no caso de os restantes intervenientes estarem a monopolizar o debate;

(j) não se afastar do conteúdo em questão, mudando repentinamente, nem saltar de assunto em assunto; se se afastar, regressar rapidamente ao tema porque a falta de continuidade torna a conversação improdutiva e desmotivadora; tal como não fugir às questões ou dar uma resposta evasiva, que não é construtiva, nem traz luz à plenitude do diálogo;

(l) não falar sozinho, nem falar para si, mas para os interlocutores; assim como não excluir ninguém da conversa; no caso de haver intervenientes de diferentes estatutos, que as pessoas de maior posição convidem as de menor a intervir, pois é natural que estas se sintam retraídas;

(m) que a conversa não traia o conversador ao revelar algum vício ou falha moral sua: ira, ambição, apatia, preguiça ou qualquer outra paixão; por isso: evitar a perturbação de espírito, não ofender ninguém (presente ou ausente, aberta ou ocultamente), até porque isso redundaria sempre em prejuízo próprio; conservar a gravidade e não se deixar levar pela ira quando se é ofendido; assim como evitar as gabarolices, sobretudo com mentira, por converterem a pessoa num 'soldado fanfarrão' e serem alvo de chacota por parte de quem escuta;

(n) se houver necessidade de repreender (e só em último caso deverá ser feito), que a admoestação seja delicada e suave, nunca ofensiva, e fazer sentir que é por necessidade e por amizade que é feita;

(o) a conversa terá de ter um desenlace; portanto, saber colocar um ponto final no momento oportuno, ou seja, quando a conversa deixou de ter interesse, não permitindo que ela se arraste no tempo, se banalize e perca qualidade.

5. Ponto fundamental da teoria da conversação são, por um lado, as suas etapas de construção e, por outro, pô-las em confronto com as etapas de elaboração do discurso, ou seja: atender nas cinco etapas de construção da *oratio* e ver, apesar de serem discursos diferentes, que semelhanças e diferenças existem entre a elaboração de uma e de outra; e se a *sermocinatio* participa das cinco operações retóricas, como a *oratio*, ou se só de parte delas.

Começemos pela apresentação das cinco etapas da elaboração do discurso individual, não da forma como são seguidas na construção de um discurso (em que a invenção, disposição e elocução podem ser etapas simultâneas), mas da forma como são ensinadas em ambiente escolar:

(a) invenção: é a etapa da obtenção de materiais: ideias e argumentos, que tanto podem ser verdadeiros como verosímeis. Mas onde ir buscar ideias? Muitas são extraídos pelo locutor a partir dos

próprios factos e dos agentes da narração, mas também podem ser encontrados nos armazéns de argumentos, a tópica, que a retórica desenvolveu para auxiliar o orador na busca de ideias¹⁵.

(b) disposição: é o poder ordenador que impede o caos das ideias e palavras. Deverá atender não só à ordenação das ideias ou argumentos - podendo seguir a ordenação ascendente (melhores argumentos no início), descendente (melhores argumentos no fim) ou nestoriana (melhores argumentos no início e no fim) -, mas também contempla a ordenação das partes do discurso em exórdio, narração, divisão, argumentação (confirmação e refutação), conclusão ou outra ordenação que o orador achar preferível, p. ex., a ordem natural ou cronológica¹⁶.

(c) elocução: é a etapa da redação das ideias e argumentos em linguagem formal, ou seja, é a parte sintática. Esta construção linguística do texto implica o uso de três qualidades do estilo: pureza linguística; clareza da expressão e a *urbanitas* (elegância do estilo), na qual se situam tropos (figuras da palavra: metáfora, metonímia, sinédoque e alegoria) e figuras de dicção (modificações relativas ao nível fonológico, morfológico e sintático) e do pensamento (afetam o nível semântico). Esta etapa tanto pode ser independente como simultânea à invenção e à disposição.

(d) memória: é a memorização do discurso valendo-se o comunicador da memória natural e da artificial. A memória natural precisa de ser exercitada para ser melhorada; a memória artificial apoia-se nas mnemónicas baseadas em lugares (p. ex., casa, edifício, corpo humano...), em imagens, em histórias...

(e) *actio/pronuntiatio* ou representação: é a última das operações retóricas, é a culminação da complexa estratégia retórica e consiste na emissão ante o auditório do texto, fazendo uso de voz, expressão facial e corporal e da mímica adequada à natureza dos conteúdos proferidos, como no teatro fazem os atores. O objetivo é deslumbrar e influenciar o pensamento do auditório.

Submetendo agora a realização de uma conversação às mesmas etapas em que o discurso individual é elaborado, obtemos os seguintes resultados. Advertimos que este jogo não foi elaborado por JÚLIO VICTOR (mas chega a ser sugerido e afluído), nem por nenhum *retor* antigo e que é da nossa exclusiva iniciativa.

A primeira regra da *sermocinatio*, ao nível da *inventio*, é que quem vai falar reflita primeiro, ainda que brevemente, no que vai dizer. Trata-se portanto de uma reflexão mental acerca do colóquio a proferir, com vista à sua preparação, pois há a convicção de que, ainda que breve e informal, a conversação merece algum planeamento; e se sairmos fora da conversação familiar ou de rua e passarmos para o colóquio sério ou o debate (como é o caso do debate científico), mais demoradamente a sua preparação deve ser planeada. Por conseguinte, a questão do planeamento do discurso, durante a *inventio*, coloca-se mais na *oratio*, dada a sua

¹⁵ Alguns autores clássicos tardios (como é o caso de Sulpício Victor, em *Institutiones oratoriae*) acrescentaram uma operação prévia à *inventio*, denominada *intellectio*, que, tal como a *inventio*, não é constituinte de discurso. Tem sobretudo aplicação na *oratio* e não tanto na conversação, e consiste no exame da realidade que é feito com antecedência, abrangendo, portanto, todo o trabalho preparatório de documentação, reflexão e exame da realidade, para a partir dele organizar a sua atividade retórica.

¹⁶ É neste ponto que se situam: a ação “in medias res”, as prolepses e analepses das obras literárias, como é o caso dos poemas épicos.

extensão, formalidade e existência de um auditório, mas não está ausente da conversação, em qualquer das suas modalidades, ainda que de forma mental; e na conversação formal (como é o caso do discurso científico) o planeamento da intervenção deverá ser feito com cuidado e intuição.

Mas onde ir buscar ideias e argumentos? O que é válido para a *oratio*, também o é para a *sermonicatio*: muitos são extraídos pelo locutor a partir dos próprios factos em discussão e dos agentes envolvidos (argumentos intrínsecos ao discurso), mas também podem ser encontrados nos armazéns de argumentos, a tópica, que a retórica desenvolveu para auxiliar o orador na busca de ideias (argumentos extrínsecos ao discurso). Devem, sobretudo, ser extraídos da primeira categoria de argumentos, ou seja, da palavra dada pelo colocutor, à qual terá de se responder: aceitando-a, ampliando-a ou contradizendo-a. De todo o lugar é possível extrair argumentos: do que o nosso colocutor disse; do que intencionalmente calou, porque se o revelasse ser-lhe-ia prejudicial; dos seus erros, das suas hesitações, dúvidas, percalços, falhas... Significa isto que o domínio da teoria retórica e da argumentação é útil, tanto para o comunicador, como para o homem comum, cujas prestações oratórias não vão além da mera conversação quotidiana; e é ainda mais útil em contexto de debate.

A segunda regra, também ao nível da *inventio* e continuadora da primeira, pois lida com planeamento, é que essa reflexão acerca do que dizer requer um método: deve ter em conta as circunstâncias retóricas (*circumstantiae*), que são lugares que permitem uma análise rápida da globalidade do ato comunicativo, por contemplarem cada um dos elementos que neles intervêm: pessoas, factos, causa, modo, lugar, tempo e meios, e que condicionarão completamente a intervenção dos conversadores, quer ao nível da postura, quer da atitude, quer ainda da linguagem e da exposição ou argumentação.

Por conseguinte, os agentes da conversação deverão, quando falam, ter em conta os seguintes lugares (*loci*), que condicionarão a totalidade da sua intervenção e conduzirão ao êxito:

- *Quem e com quem*: são as pessoas envolvidas na conversação, uma das quais somos nós e a outra o nosso ou os nossos interlocutores; as pessoas, só por si, já implicam um tipo de postura e registo linguístico;
- *o quê*: é o assunto da conversação: se sério, se importante, se trivial, se jocoso...;
- *onde*: lugar da conversação, o qual, só por si, já remete para e define até um certo tipo de conversação;
- *quando*: o momento da conversação; há momentos que são oportunos para dizer algo ou para o calar; se não for para agir com oportunidade, é melhor o conversador calar.
- *como*: como falar e que registo linguístico usar, tendo em conta os lugares anteriores: agentes da conversação, natureza do assunto, lugar da conversação...

A questão da *adequação* ou *conveniência*, presente nas *circumstantiae* e apresentada por JÚLIO VICTOR, tem uma longa tradição retórica, identifica o orador perfeito e é um dos pilares básicos da estética

clássica, pelo que também neste ponto temos uma transposição de conteúdo do campo da *oratio* para o campo da *sermocinatio*. Há vários termos para a qualificar tal *adequação* ou *conveniência*: *prépon* (à grega) e *decorum*, *aptum* e *opportunitas* em latim (*decoro* à portuguesa). Consiste na conveniência do discurso com fatores internos de produção: as partes constitutivas do discurso: exórdio, narração, partição, argumentação (com *confirmatio* e *refutatio*) e a peroração, que devem estar de harmonia entre si e podem, mediante as circunstâncias, ser todas usadas ou só parte delas¹⁷; e com fatores externos: relação do discurso com circunstâncias como: quem fala (*quis*), acerca de quê (*quod*), em que lugar (*ubi*), em que tempo (*quando*) e sobretudo para quem (*cui*), que é a adequação do orador à natureza do auditório (princípio fundamental da persuasão), quer quanto ao estilo, ao conteúdo e aos argumentos. Se se trata de réplica ou tréplica, o falante deverá ter em conta as palavras e argumentos do oponente que discursou anteriormente; deverá, igualmente, prever possíveis objeções ou contra-argumentos e refutá-los antecipadamente; inclui-se aqui também a adequação entre conteúdo e estilo (*res et verba*): a expressão sintática deverá estar em harmonia com o conteúdo: conteúdo elevado, expressão elevada; e ainda a adequação entre conteúdo e expressão gestual, facial e vocal.

Para lá das *circumstantiae* que rodeiam a ato de comunicação, tanto na *oratio* como na *sermocinatio*, também é importante a questão do contexto de comunicação retórica: o conjunto de fatores temporais, históricos, culturais e sociais... que rodeiam o ato de produção e o ato de recepção e, portanto, o ato de comunicação; fazem parte deste contexto toda a situação pré-retórica (cf. *intellectio*).

A terceira regra, vista ao nível da *inventio*, lida com argumentação. Em termos argumentativos, falta à conversação, quando confrontada com a *oratio* (ou com a conversação do debate científico, que é mais séria do que a familiar e informal), seriedade e seriedade argumentativa, por nela predominar geralmente a descontração e o gracejo. No entanto, também pode haver determinadas conversações mais sérias que recorrem amplamente à argumentação, pelo que não deve ser desprezado no debate científico o modo (e até a ordem) como se apresentam os argumentos ou as ideias, os quais deverão ser sempre de qualidade; uma má ideia ou argumento pode arruinar uma conversa ou debate e deitar tudo a perder, uma vez que o oponente vai fixar-se neles e explorá-los o mais possível.

Além disso, faz parte da prova argumentativa (plano da *inventio*) e da elegância verbal da conversação (plano da *elocutio*) o seguinte: as citações de memória de autoridades, a exposição de exemplos ilustrativos, a recordação dos exemplos antigos¹⁸ e até a inserção de versos, de provérbios e de máximas:

Para a graça da conversação muito vale a recordação de exemplos dos antigos, o conhecimento de assuntos novos... a engraçada tempestividade dos provérbios... o mesmo se diga dos versos ou parte deles e das máximas dos oradores ou de outros escritos; se

¹⁷ Geralmente, a primeira intervenção do orador tende a usar todas as partes do discurso e, nas intervenções seguintes (réplica e tréplica), a usar apenas parte delas.

¹⁸ Em retórica o *exemplum* pode ser tomado em diferentes sentidos: exemplo no sentido de hoje; *exemplum* no sentido de citação de uma autoridade; *exemplum* no sentido de história ilustrativa, que abundam na *oratio* e sobretudo no sermão.

forem proferidos no lugar certo (e não forçados), muito agradarão à conversação (JÚLIO VICTOR, in HALM, 1863, p. 446).

Na *oratio* (e o mesmo se diga de alguns tipos de conversação, incluindo o discurso científico), ainda se acrescentam, como elementos de prova das ideias ou dos argumentos, a citação de leis, de poetas, de episódios mitológicos; contemporaneamente – e poderá ser muito oportuno para o discurso científico – a citação de estatísticas, de autoridades científicas, de estudos e de estudos especializados.

Quanto à intercalação do humor, tem muito que se lhe diga, e só por si merecia um tratamento à parte. É verdade que a conversação convive bem com o humor, mais do que a *oratio*; e que o humor pode jogar um importante papel argumentativo, se usado com oportunidade; no entanto, assevera JÚLIO VICTOR, que seja honroso e feito com arte. De facto, o humor, pela sua potência argumentativa, facilidade em virar o auditório em favor de quem o usa bem e por dar boa imagem do *ethos* do orador ou do conversador que o sabe usar com elevação e oportunidade, nem deve estar ausente da *oratio*, nem da conversação, seja ela de que tipo for¹⁹.

A quarta regra, ao nível da *dispositio*, é que há um modo de começar uma conversa, há um modo de a continuar, sem se afastar do assunto e fazê-la progredir, e há por fim um modo de terminar a conversação, quando o assunto se esgotou. O modo de começar pode contemplar um qualquer tipo de saudação (verbal e gestual) adequado ao estatuto dos interlocutores, no entanto os autores não se pronunciaram sobre isso. O modo de continuar depende de muitas circunstâncias faladas ao longo deste trabalho, especialmente a que decorre da interação com o conversador e suas perguntas e respostas. Neste ponto, será importante, tal como na *oratio*, saber seleccionar boas ideias e bons argumentos, saber servi-los numa ordem conveniente: reservando, p. ex., um bom argumento ou uma boa ideia para o início, para causar uma boa impressão inicial; reservar outro argumento forte para o final, para deixar na mente do auditório uma boa impressão final; incluir no meio os argumentos ou ideias menos bons; “menos bons” porque não pode haver ideias ou argumentos maus, que deitariam tudo a perder e arruinariam a conversação ou a disputa. Também há um modo de rematar a conversa e que, tal como a saudação, tanto pode recorrer a palavras como a gesto adequado ao estatuto dos intervenientes, no entanto os autores não se pronunciaram sobre isso. JÚLIO VICTOR fixa-se em particular no modo de pôr termo à conversação, afirmando que, quando a interação verbal perde qualidade e se degrada ou quando o assunto se esgota, é importante um dos intervenientes ou ambos saber pôr um ponto final na conversação.

No fim de contas, o modo de iniciar, continuar e terminar uma conversação não passa de uma singela adaptação das regras da ordenação das partes do discurso com: exórdio, narração, divisão, argumentação (com confirmação e refutação) e conclusão, dentro da *inventio* ou da *dispositio*, depende dos tratados da *ars*.

¹⁹ Acerca do humor no discurso, vd. RAMOS, Manuel. “De risu: enquadramento retórico do cómico”. In ESTEVES, Elisa Nunes; DIAS, Isabel Barros; REFFÓIOS, Margarida (Coord.). **O Riso. Teorizações, Leituras, Realizações**. Lisboa: Caleidoscópio, 2015, p. 145-160.

No entanto, dada a informalidade, brevidade, descontinuidade e simultaneidade da conversação, estas três etapas são naturalmente muito diferentes da *oratio*.

A quinta regra, ao nível da *elocutio*, é que a fala dos conversadores deve ser clara, oportuna ou conveniente e breve: clara no sentido de evitar a obscuridade das palavras ou das ideias; oportuna ou conveniente no sentido de não se desviar do assunto tratado e de ser apropriada ao tema, quer nas palavras, quer na expressão; breve por se usar de síntese, mas sem nada omitir e comprometer a mensagem, dando dessa forma mais espaço de intervenção aos colocutores: “A brevidade ou capacidade de síntese é sempre boa, mas na conversação é ótima” (JÚLIO VICTOR, in HALM, 1863, p. 446).

Mais uma vez, vemos a influência da teoria da *ars rhetorica* sobre a teoria da conversação. Na verdade, a construção estilística de uma «narrativa breve, clara e verosímil ou credível» (“*brevis, dilucida et probabilis*”), selecionando a informação pertinente e rejeitando o detalhe inútil e frívolo que desagrada e fatiga o leitor / ouvinte, é tanto apanágio do discurso (no seio da *ars rhetorica*) ou do poema (no seio da teoria poética e da *ars poetriae* medieval), como do sermão (no seio da *ars praedicandi*) ou ainda do texto historiográfico. Portanto, são elementos perenes em todo o tipo de composição oral ou escrita, e que, por conseguinte, também têm adaptação na conversação ou *sermocinatio*.

A sexta regra, também ao nível da *elocutio*, é que a conversação, apesar da informalidade, deve primar pela elevação, elegância ou distinção (mas sem ostentação), quer ao nível do conteúdo: ideias e argumentos (plano da *inventio*), quer da linguagem, pela seleção do vocabulário e pela construção frásica (plano da *elocutio*), a qual não deve ser rebuscada, mas antes possuir elevação com naturalidade, simplicidade e uniformidade.

Todavia, tal elevação ao nível de linguagem (o mesmo se passa com a *oratio*), não implica necessariamente o uso de figuras de estilo ou de tropos, como as metáforas, ou sentidos conotativos da língua, ou entimemas (silogismo imperfeito), ou outras estratégias retóricas; se as possuir, darão colorido (tropos e figuras) e autoridade (estratégias retóricas) à conversação, mas retiram-lhe credibilidade, tornam o discurso artificial e, por isso, que se usem em pequeno número ou parcimónia.

Também deve haver conformidade entre *res et verba* (conteúdo e forma ou palavras e assunto), à qual já nos referimos a propósito do *prépon* ou *aptum*: “se o assunto é sério, que se use uma linguagem austera; se é um momento de brincadeira, comportar-se-á de forma alegre” (CÍCERO, *De Officiis* I, 134); “nas coisas tristes não introduzas as alegres e nas alegres não coloques as tristes” (JÚLIO VICTOR, in HALM, 1863, p. 447).

Como não há memorização na *sermocinatio*, mas só na *oratio* (já que a intervenção decorre de uma interação entre pessoas e em que cada um dos agentes desconhece a intervenção do outro), a regra seguinte diz respeito à representação (*actio* ou *pronuntiatio*).

A sétima regra, ao nível da *actio* ou *pronuntiatio*, é a representação, comum ao orador e ao conversador, e tem justamente sido considerada desde Demóstenes a principal operação. Apoiase na linguagem paralinguística e suas potencialidades: gestos que acompanham as palavras, movimento do corpo,

expressão facial, a voz e sua flexibilidade, os quais deverão todos ser concordantes com as palavras a proferir. Já nos referimos a esta concordância quando falámos do decoro, *aptum* ou *prépon*: como é o conteúdo assim deve ser a expressão, como é a natureza do assunto, assim deverá ser a flexibilidade da voz²⁰. Assim sendo, toda a mímica empregue, além de ajustada ao momento e à natureza do discurso, deverá ser desprovida de todo o exagero, pois nem o orador, nem o conversador são um histrião, e também deverá ser elegante, mas sem ostentação.

O ritmo da conversação, porém, não é o da *oratio*: “nem proferirás a conversação como pronuncias o discurso...” (JÚLIO VICTOR, in HALM, 1863, p. 447): porque habitualmente o tom conversacional é um registo repousado ou sereno (mas também pode ser contundente, como no debate e em muito do discurso científico) e o tom da *oratio* é, geralmente, um registo enérgico e vivo, sobretudo em orações de género deliberativo e judicial, mas também pode cultivar o sossego verbal à maneira da conversação. São, pois, características da conversação: a clareza das palavras, a regularidade frásica e a fluidez do discurso; não deve ser, por um lado, indolente, intervalada ou descontinuada²¹ e tão baixa que não se perceba (revelando ser pessoa delicada ou efeminada), nem, por outro, proferida com agressividade verbal, gritaria e risadas, mas antes cultivando o sossego verbal, ser discreta, pausada e moderada²²: “O melhor modo que há é, no falar tal como no andar, avançar serenamente, sem corrida e sem demora ou hesitação” (JÚLIO VICTOR, in HALM, 1863, p. 447); “Fala com oportunidade, honrosamente, numa boa linguagem, claramente, agradavelmente, de boca plena, de rosto sereno, sem te alterares, sem risadas e sem outros defeitos acima referidos” (JÚLIO VICTOR, in HALM, 1863, p. 447), até porque, como já dissemos, todo o vício manifestado durante a conversação redundava em prejuízo do conversador, por o modo de falar revelar o carácter de pessoa.

Por fim, importa referir que há muitas variáveis a condicionar a conversação, por haver muitos subtipos e não apenas um, acerca dos quais já falámos, implicando umas conversações o sossego verbal e outras, mais dialéticas, como é o caso do debate entre duas ou mais pessoas, a acutilância verbal e argumentativa. Além disso, na atualidade, a conversação passou a ter novos canais de difusão, o que significa que o número de variáveis foi aumentando e, por conseguinte, aumentou a sua complexidade. O que nunca variou, pois foi sempre elevada, foi a importância da conversação em todos os lugares e tempos, a qual faz do homem verdadeiramente homem.

²⁰ As qualidades da voz são: a clareza, a doçura e a serenidade ou mansidão. As três qualidades devem-se à natureza, mas são passíveis de treino e de exercício para serem melhoradas.

²¹ No sentido de falar intermitentemente ou aos solavancos.

²² A colocação da tónica na moderação, mais do que uma regra da *oratio* com aplicação na *sermocinatio*, é também uma regra de vida do homem clássico como revela a máxima: “In medio virtus est”.

Considerações finais

A *oratio* ou *contentio* é um discurso formal, extenso, contínuo, ininterrupto, que ocorre da parte de um orador para um auditório; a *sermocinatio*, pelo contrário, é informal, geralmente breve e de segmentos curtos, descontínua, interrompida e repleta de marcas de oralidade, podendo ocorrer entre duas ou mais pessoas, em múltiplas situações e a propósito de desvairados assuntos, quer em ambiente do quotidiano, quer em ambiente mais sério, como no debate científico.

A *ars rhetorica* clássica produziu acerca do discurso formal e individual abundante teoria, mas não tratou de igual forma a *sermocinatio*, apesar de também ser um discurso, ainda que diferente; e não merecia ser secundarizada, por a *sermocinatio* ser de tão grande relevância social quanto a *oratio* e até com uma vantagem sobre esta: é mais frequentemente praticada. Na base deste desleixo ou secundarização pela conversação, quando confrontada com a *oratio*, está, por um lado, a convicção de a *sermocinatio*, pela sua informalidade, não precisar com tanta necessidade de regras de orientação; por outro lado, a convicção de que, sendo a teoria retórica acerca da *oratio* tão profunda e de tão fácil acesso, os próprios agentes da conversação, quando discorriam, podiam a todo o momento recorrer a ela e fazer, *mutatis mutandis*, as devidas transposições.

CÍCERO registou a lacuna e, ainda assim, adiantou algumas regras gerais por que a *sermocinatio* se devia reger, mas não o fez de forma sistemática; JÚLIO VICTOR, porém, foi mais longe e, no apêndice da sua *Ars*, cap. 26, apresentou pela primeira vez, de forma metódica mas breve, as regras pelas quais a conversação devia ser regida. Algumas foram criadas exclusivamente para a conversação e não têm aplicação na *oratio*, que é um discurso diferente, mas a maior parte delas são comuns aos dois tipos de discursos e, com poucas alterações, podem fluir entre eles. A partir daí o debate acerca da conversação foi iniciado e ainda não terminou, até porque hoje surgiram novos canais de conversação, que merecem reflexão.

Também nós registamos, em resumo, algumas das regras em que deverá acontecer a conversação entre duas ou mais pessoas, tendo extraído umas a partir da teoria da conversação em si e outras colhidas na caudalosa teoria da *oratio* e adaptadas à *sermocinatio* nos pontos em que pode ser feito. Fomos mais longe, porém, ao cruzar as regras da boa conversação com as cinco operações retóricas: invenção, disposição, elocução, memória e representação, coisas que não surgem em nenhum autor, mas são simplesmente sugeridas.

Como a palavra é o espelho da alma humana e diz muito acerca do carácter do conversador, deverá ser feita com elevação, quer no quotidiano, quer sobretudo no debate científico, em que o *ethos* do investigador está sob observação, tanto pela força da sua argumentação, como também pela forma como fala. Por conseguinte, a conversação deverá ser preparada, deverá ser adequada aos colocutores, ao assunto, à situação, ao lugar e ao momento; há um modo de começar, de continuar e de, no momento oportuno, saber pôr-lhe fim; deve ser um ato de cordialidade, urbanidade e sobretudo de elevação e de cortesia, por

muitas razões que enumerámos; deve ser um ato breve, claro e oportuno; se não for para agir com oportunidade, é melhor o conversador calar. Como todo o *acto* retórico, a conversação depende de inúmeras situações imprevistas que decorrem da situação de diálogo com o seu colocutor ou locutores, o que obriga os agentes da conversação a reagir com prontidão e eficiência, pois todos querem sair-se bem, sobretudo se existir uma assistência atenta. A conversação é uma arte.

Referências

CÍCERO. **De oratore**. London: Loeb Classical Library, 1992.

CÍCERO. **Dos deveres**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CICERONE. **Brutus**. A cura di Enrica Malcovati. Milano: Oscar Mondadori, 1996.

GASPAR, Alfredo. **Instituições de retórica forense**. Coimbra: Minerva, 1998.

ISIDORO DE SEVILLA. **Etimologías**. Ed. de Manuel Jose Oroz Reta; A. Marcos Casquero, vol. I: libros I-X. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1993.

JÚLIO VICTOR. XXVIDe sermocinatione. In: HALM, Carolus (Ed.). **Rhetores Latini minores**. Leipzig: Teubner, 1863, p. 446-447. Disponível em: <https://archive.org/details/rhetoreslatinim00halmgoog>. Acesso em: 10/9/2018.

LAUSBERG, Heinrich. **Manual de retórica literaria. Fundamentos de una ciencia de la literatura**. Madrid: Editorial Gredos, 1991.

MARTIN, Thaís Morgato. **Tradução anotada e comentários da Ars rhetorica de Caio Julio Vítor**. Universidade de São Paulo, 2010. Tese (Mestrado apresentada ao Programa de Letras Clássicas) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

MORELLET, André. **A Arte de Conversar**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

QUINTILIANO. **Sobre la formación del orador. Obra completa**.. Salamanca: Publicaciones Universidad Pontificia Salamanca, 1996.

RAMOS, Manuel. *De risu*: enquadramento retórico do cómico. In: ESTEVES, Elisa Nunes; DIAS, Isabel Barros; REFFÓIOS, Margarida (Coord.). **O Riso. Teorizações, Leituras, Realizações**. Lisboa: Caleidoscópio, 2015, p. 145-160.

RAMOS, Manuel. Discurso oratório: entre o oral e o escrito. In: PINTO, Ana Paula, *et all* (Eds.). **Verba volant? Oralidade, escrita e memória**. Braga, Axioma - Publicações da Faculdade de Filosofia, 2018, p. 775-796.

Retórica a Herenio. Introd., trad. y notas de Salvador Núñez. Madrid: Editorial Gredos, 1997.

TEÓN, HERMÓGENES e AFTONIO. **Ejercicios de retórica**. Madrid: Editorial Gredos, 1991.

WESTON, Anthony. **A arte de perguntar**. Lisboa: Gradiva, 1996.